

Senado, a grande trincheira oficial

O Governo tem plena consciência de que a partir do próximo ano ele já não deterá a maioria absoluta (211 votos) com que conta atualmente na Câmara dos Deputados. O PDS permanecerá sendo o partido majoritário na Câmara, pois a expectativa é de que o PDS faça uma bancada entre 180 a 200 deputados. No entanto, acreditam os analistas políticos governamentais que o partido oficial não só continuará com a sua maioria absoluta no Senado, como a ampliará. Nas eleições senatoriais deste ano o PDS irá colocar em jogo apenas quatro cadeiras contra dezoito dos partidos de Oposição.

O Palácio do Planalto não se assusta com a perspectiva de uma possível vitória oposicionista na Câmara. Com o PDS em maioria no Senado acreditam os líderes governistas que será possível deter nessa Casa qualquer movimento vitorioso, de iniciativa das Oposições, nascido na Câmara. O Senado funcionaria neste caso como simples câmara revisora. Foi essa uma das razões que levaram o Governo a propor e fazer aprovar pela sua maioria o dispositivo que impede toda e

qualquer reforma constitucional por maioria simples. Agora, qualquer modificação de ordem constitucional necessitará do **quorum** de dois terços. No dia da votação do **pacote** de reformas constitucionais o Senador José Sarney, presidente do PDS, advertia os jornalistas que agora se abre efetivamente o caminho de uma reforma mais profunda da Constituição, através do consenso. Para atingir o **quorum** de dois terços no Parlamento os diversos partidos, do Governo e das Oposições, terão que chegar antes a um entendimento prévio. Sem o que não se conseguirá aprovar nenhuma iniciativa de reforma da Constituição. Temia naturalmente o Governo que, obtendo uma eventual maioria no Congresso, as Oposições tomassem a iniciativa de modificar radicalmente a Constituição, inclusive fazendo reverter o princípio da eleição presidencial direta. Outra providência preventiva tomada pelo Planalto foi a de incluir mais seis representantes das Assembléias Legislativas de cada estado no futuro Colégio Eleitoral, com o que o PDS julga ter assegurado, desde já, a eleição do sucessor do Presidente Figueiredo.